

Governo quer excluir enfermagem do PSF da jornada de 30 horas semanais



Em mais um grande ato público pela regulamentação da jornada de trabalho para 30 horas semanais, cerca de cinco mil profissionais da enfermagem realizaram caminhada pela Esplanada dos Ministérios, no dia 9 de abril, cobrando a votação do Projeto de Lei 2.295/00 em regime de urgência na Câmara dos Deputados.

Sateal e entidades pressionam presidente da Câmara por data urgente para votar PL 2.295

Enfermagem brasileira tem novo perfil, com mais atribuições e responsabilidades

“O profissional deve manter-se atualizado; ... e principalmente responsabilizar-se pela falta cometida em suas atividades, seja individual ou em equipe”.

O trecho acima consta no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e, sem dúvida, trata-se de uma consequência das mudanças no perfil da categoria, verificada no decorrer dos anos. A enfermagem vem conquistando espaços, somando atividades, assumindo cargos e, conseqüentemente, atraindo para si mais responsabilidades. Tornou-se uma profissão voltada às áreas assistencial, administrativa, educacional e gerencial. Com a Constituição Federal de 1988, que ampliou os direitos de cidadania e, conseqüentemente, o acesso ao Poder Judiciário, com a criação das defensorias públicas e dos juizados especiais, a categoria viu aumentar as responsabilidades não somente no campo profissional, mas também ético, administrativo, penal e civil.

O objetivo final de tantas mudanças é garantir uma assistência de qualidade, não apenas para o indivíduo, mas também para a sua família, com base no respeito aos direitos humanos. O profissional deve, ainda, buscar a promoção, proteção, prevenção de doenças, produção de pesquisas, reabilitação e recuperação da saúde,

dentro de sua comunidade.

A contrapartida em termos de valorização profissional e mercado de trabalho suficiente e adequado, no entanto, não foi correspondente. São atribuições de sobra e direitos e garantias de menos. Nos últimos anos, casos de erros atribuídos a profissionais de enfermagem tiveram repercussão nacional e expôs a categoria a críticas infundadas e generalizadas.

É preciso considerar que o profissional de saúde, assim como qualquer outro profissional, como ser humano, é passível de cometer erros no exercício da sua profissão. Ainda mais quando atua com um quadro muito aquém do necessário; com excessiva jornada de trabalho; baixa remuneração; má formação; falta de tempo e recursos para qualificação; e pressionado por uma demanda muito além da estrutura oferecida, seja no sistema público de saúde, por meio do SUS, seja nas unidades de assistência privada.

O acúmulo de atribuições aos profissionais técnicos e auxiliares e o desvio de funções, aliada à expansão do número de escolas, que jogam a cada ano no mercado de trabalho uma leva de profissionais despreparados, são fatores que interferem na qualidade do atendimento. A equipe de enfermagem, hoje, representa cerca de 70% da força

de trabalho em saúde.

A mão de obra é majoritariamente feminina, representando cerca de 86% da categoria. A enfermagem é, também, a atividade mais ampla no setor da saúde, visto que a assistência é voltada não só para o indivíduo, mas também para a família e a coletividade. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS) convoca os trabalhadores da saúde, autoridades e a sociedade em geral a se unirem às manifestações do mês de maio por melhoria das condições de trabalho e a valorização dos profissionais da enfermagem; pela regulamentação da jornada de trabalho; pela prevenção a doenças e acidentes de trabalho; por remuneração digna; pela educação continuada, com acesso a cursos de aperfeiçoamento; pela qualificação profissional, aliada à implantação de Plano de Cargos e Salários; pelo combate à terceirização.

Estudos e mesmo a prática comprovam que a qualidade da assistência está intrinsecamente ligada às condições estruturais, físicas e emocionais em que os profissionais executam suas atividades. Sendo assim, é preciso cuidar de quem cuida de todos os brasileiros, e nos momentos mais frágeis de suas vidas, quando estão doentes.

Salve o mês da Enfermagem brasileira!

PRT move ação contra Hospital Carvalho Beltrão de Coruripe

A Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) moveu ação civil pública contra o Hospital Carvalho Beltrão, localizado no município de Coruripe. A ação foi resultado de fiscalização promovida pelo Sateal nas instalações da unidade, e o caso foi encaminhado a Delegacia Regional do Trabalho, que também esteve no Hospital e confirmou as irregularidades. “Pedimos ainda uma fiscalização do Conselho Estadual de Saúde, que reiterou os problemas”, explica o presidente do Sateal, Mário Jorge Filho.

Na ação, o procurador apontou as irregularidades cometidas pelo Hospital: não apresentação de documentos, não

recolhimento do FGTS, débito salarial, trabalhador sem registro, não recolhimento de multa de 40% referente à FGTS, ausência de informações a CAGED, informação a RAIS com omissões, não pagamento de rescisões, inexistência de quadro de horário e controle de jornada, não fornecimento de vale-transporte, o não recolhimento de contribuição sindical profissional e patronal.

O Hospital também está sendo denunciado pelo não fornecimento de EPI, e por recusar-se a implantar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o Programa de Riscos Ambientais.

Santana do Ipanema: Servidores do Hospital Clodolfo Rodrigues recebem reajuste pendente

A direção do Hospital Clodolfo Rodrigues efetivou o pagamento do reajuste negociado entre o Sateal e o SindHospital. Desde janeiro de 2012, a empresa não vinha pagando o que foi firmado em Convenção Coletiva. A falta de diálogo acabou criando um mal estar entre os trabalhadores, que não queriam continuar trabalhando sem os salários reajustados. A categoria chamou o presidente do Sindicato, Mário Jorge Filho, para intermediar a situação. Após a assembleia com os trabalhadores e uma reunião com a direção do hospital, ficou garantido o cumprimento do acordo, além da garantia de contratação de 40 auxiliares e técnicos, e o pagamento de auxílio transporte para quem mora na cidade e nos municípios vizinhos.

Paulo Neto indeniza profissionais por atraso de benefícios



As técnicas Glória Aparecida, Eudócia da Costa e Márcia Régia foram indenizadas na ação movida pelo Sateal

O Sateal realizou o pagamento das indenizações de 57 profissionais, entre auxiliares e técnicos de enfermagem sindicalizados e vinculados a Casa de Saúde e Maternidade Paulo Neto. Os pagamentos são resultado de uma ação de cumprimento em decorrência do atraso nos pagamentos de férias dos trabalhadores, ajuizada na Justiça em 2011. O presidente do Sateal, Mário Jorge Filho, lembra que a ação é apenas uma de vários processos que ainda tramitam na Justiça. O processo ajuizado teve como principal finalidade a reparação dos danos que os profissionais sofreram ao longo do tempo. “É claro que só indenizar não vai apagar o sentimento de humilhação passado pelos trabalhadores na época, mas serve de lição tanto a esse empregador quanto aos demais que insistem em desrespeitar as leis trabalhistas”, reforçou.

Passo de Camaragibe: Sateal entra na Justiça para garantir pagamento de benefício

O setor jurídico do Sateal entrou com ação ordinária pedindo tutela antecipada para o restabelecimento do direito de pagamento de auxílio doença de uma servidora da saúde do município de Passo de Camaragibe. A servidora estava de benefício desde 2011. Ao assumir a nova gestão, a prefeita Márcia Coutinho suspendeu a Junta Médica e até o momento não montou outra equipe. “A arrogância e prepotência da prefeita está deixando os servidores do município revoltados. Além de não haver acesso à gestora e sua equipe, há acusações de perseguição contra os profissionais, isso sem contar a falta de assistência à saúde, a exemplo do Hospital Regional que está abandonado”, reiterou o presidente do Sateal, Mário Jorge Filho.

Sateal pede que Procuradoria execute TACs firmados com Hospital de Palmeira dos Índios

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego recebeu a terceira denúncia de atraso de salário envolvendo o Hospital Regional Santa Rita, do município de Palmeira dos Índios. Funcionários da Clínica de Hemodiálise da unidade estão com os pagamentos do mês de fevereiro em aberto e, segundo a direção, sem previsão de recebimento, devido a atrasos nos repasses da prefeitura. “Já tentamos audiência diversas vezes com o diretor do setor de Hemodiálise, que na verdade é prestador de serviços integrado e exclusivo do Santa Rita, mas ele não responde. A direção geral da unidade também está omissa no caso”, explica o presidente do Sateal, Mário Jorge Filho, ao justificar que vai pedir a execução dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), firmados em 2012 na Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) pela administração do hospital e o Sindicato.

Governo de Alagoas não respeita servidores e Movimento Unificado promete reação

Entidades representantes dos servidores estaduais de saúde que integram o Movimento Unificado da Saúde cobram do governo o reajuste de 25% nos salários, valor em débito com a categoria há mais de três anos. O Movimento também exige a implantação da insalubridade e a correção dos servidores estaduais. “Estamos cobrando ainda o cumprimento da data base, e nos propomos a avaliar os reajustes da seguinte forma: 10% retroativo a janeiro de 2013, e 15% até o final deste ano”, explica o presidente do Sateal, Mário Jorge Filho, reforçando que os aumentos não podem alterar os direitos já conquistados pelos servidores nos últimos anos. Mário Jorge ressalta que o Movimento ficou indignado com o adiamento do encontro, previsto para abril. “O governador convocou um dos integrantes da mesa de negociação do estado e acabamos tendo nosso encontro cancelado”, disse, reiterando que a categoria está elaborando um calendário de mobilizações para pressionar o Executivo.

Parceiros



30 horas já



Lideranças do Fórum 30 horas já! acompanhadas de deputados favoráveis à jornada de 30 horas semanais, ouviram do presidente da Casa, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), o compromisso de buscar junto aos líderes de bancadas a definição da data para levar a proposta ao plenário. A mobilização contou, ainda, com audiência pública para debater a jornada e outras questões da categoria.

Durante o ato os enfermeiros fizeram um “apitão” e proferiram palavras de ordem, cobrando do ministro da saúde, Alexandre Padilha que cumpra o compromisso assumido com a enfermagem de apoiar a reivindicação.

Coordenadores do Fórum, formado pela CNTS, FNE, ABEn, Cofen e Anaten, foram recebidos pelo ministro, que impôs duas condições do governo para apoiar a proposta na Câmara: excluir da jornada de 30 horas os profissionais vinculados ao Programa Saúde da Família e implantação escalonada da nova jornada por tempo ainda não definido.

Os manifestantes continuaram a caminhada, passando em frente ao Palácio do Planalto, cobrando da presidente Dilma Rousseff a palavra dada quando candidata ao Executivo, de que apoiaria o projeto, que encontra-se atualmente em tramitação na Câmara, bem como implantaria as condições para que a jornada de 30 horas fosse implantada, em nome da valorização da enfermagem e da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Em seguida, se concentraram em frente o Congresso Nacional e, depois, participaram da audiência pública realizada pela Comissão de Legislação Participativa, por requerimento do deputado Dr. Grilo. O presidente da Comissão, deputado Lincoln Portela (PR-MG), disse que o assunto é visto com simpatia pelas lideranças partidárias e que este é o momento de uma ação política para aprovação do projeto.

Para o diretor Social e de Assuntos Legislativos da CNTS e presidente do Sateal, Mário Jorge dos Santos Filho, que também é membro da coordenação do Fórum, quem promete, deve. “A presidente Dilma e o ministro Padilha prometeram, assinaram e estão trabalhando contra a regulamentação da jornada”, disse, lembrando que o projeto só não foi aprovado ano passado por conta de manobra do governo para reduzir o quórum em plenário. “A enfermagem vive doente, exposta a riscos biológicos, a condições precárias de trabalho e a agressões físicas. Mentes e corpos cansados interferem na qualidade da assistência à



população”, reforçou. **Não votar em quem não ajuda a enfermagem**

Em reação à postura do governo, a plenária, que superlotou o auditório Nereu Ramos, respondeu com a possibilidade de paralisação e com aviso de que não votarão, em 2014, naqueles que forem contrários ao PL 2.295 e/ou se



Ministro do Trabalho recebe proposta de criação de GT Presidente do Sateal e diretor da CNTS propõe dimensionamento da enfermagem

Durante sessão solene em homenagem aos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5.452/43), o presidente do Sateal e diretor Social e de Assuntos Legislativos da CNTS, Mário Jorge Filho, conversou com o Ministro do Trabalho, Manoel Dias, e solicitou dele a criação de um Grupo de Trabalho (GT) envolvendo o Ministério, uma comissão de trabalhadores e representantes das instituições patronais. A proposta visa a pactuação do dimensionamento do quadro de profissionais da enfermagem brasileira. Mário Jorge pediu ainda que Dias visse com “bons olhos” o setor saúde. “Os trabalhadores estão adoecendo mais e com isso sobrecarregando a Previdência Social. Parte desses problemas está relacionado à sobrecarga de trabalho, o que também compromete a qualidade na assistência aos usuários”, relatou o presidente.

Manoel Dias elogiou a iniciativa e pediu que a proposta fosse oficializada por meio de documento elaborado pela CNTS. O ministro



afirmou que o MTE vai realizar concurso público para o preenchimento de 100 vagas de auditores que deverão fiscalizar, entre diversos órgãos, as escalas de trabalho dos profissionais da enfermagem. Apesar de anunciar a entrada de novos servidores no quadro do Ministério, Mário Jorge afirmou que o número é insuficiente para atender a grande demanda.

Solenidade:

Em mensagem enviada ao plenário, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, disse que a CLT foi uma das maiores conquistas do

ausentarem do plenário quando da votação. “Ô, Padilha, pode esperar. A enfermagem vai parar”, gritavam em coro os manifestantes. Uma agenda de reuniões entre o governo, representantes das entidades e trabalhadores da enfermagem para dar andamento as negociações deverá acontecer nos próximos meses, em Brasília.

Audiência pública na Câmara Federal debate novas ocupações da enfermagem

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Enfermagem realizou, em abril, audiência pública na Câmara Federal para debater sobre Novas Profissões e a Interface com o Fazer da Enfermagem.

O objetivo foi conhecer a posição das entidades representativas dos profissionais da área sobre projetos que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado que visam regulamentar como profissões independentes as ocupações de cuidador de idosos, instrumentador cirúrgico e técnico em imobilização ortopédica, parteiras, entre outras.

A proposta de consenso foi para que essas ocupações sejam tratadas como especializações profissionais da categoria, tanto no nível técnico, quanto no nível superior, conforme já especificam resoluções do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen. Ou seja, o trabalho desenvolvido em tais ocupações já faz parte das atividades do profissional de enfermagem.



O diretor de Assuntos Sociais e Legislativos da CNTS e presidente do Sateal, Mário Jorge dos Santos Filho, falou em nome da Confederação e destacou que, diante das novas ocupações que vão surgindo, há a necessidade de qualificação.

“É essencial ter profissionais qualificados, principalmente, diante das condições em que trabalhamos, com jornada extensa, demanda excessiva e falta de estrutura”, disse.

Mário Jorge enfatizou que o momento é importante porque

comprova através da resolução nº 418/11 do Cofen, que os projetos que tramitam para regulamentação de novas profissões na verdade são especialidades que técnicos de enfermagem podem buscar.

“Diante dessa nova conformação, cabe aos profissionais técnicos buscar uma especialização nas áreas, melhorando sua capacidade profissional e renda. Assim como compete ao governo federal oferecer cursos para trabalhadores de nível técnico ou superior”, acrescentou.

Presidente do Sateal denuncia caos no SUS alagoano à secretaria da Presidência da República

O presidente do Sateal, Mário Jorge Filho, protocolou dois ofícios na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, denunciando a falta de estrutura e de corpo profissional no Hospital Geral do Estado (HGE), no Hospital Ib Gatto Falcão e na Maternidade Santa Mônica, todos administrados pelo Estado. Nos documentos, vídeos e fotografias enviadas, o presidente reforça a necessidade de uma intervenção federal na saúde dos alagoanos. A maioria da população do estado depende do SUS e agoniza na porta das unidades em busca de atendimento, que dificilmente acontece.

Mário Jorge enfatizou que as denúncias encaminhadas detalham as condições de trabalho e atendimento das unidades. “Diante dos cenários desesperadores é totalmente compreensível que os profissionais fiquem estressados, adoçam e comprometam o atendimento aos pacientes”, pontuou.

Dezenas de documentos já foram enviados a órgãos de fiscalização nacionais, e para a presidência da República. “Não podemos aceitar que nossos governantes fiquem indiferentes diante de tanta injustiça. O poder Executivo costuma levantar a



bandeira de que nosso país caminha para o dito desenvolvimento, mas na verdade o que estamos presenciando diariamente são atos de covardia e desprezo com os trabalhadores e a população. Precisamos dar um basta”, enfatizou o presidente, que continua entregando denúncias contra o descaso com a saúde pública alagoana.